

## **Ambiente-Brasil: Chuvas caem em um mar de imprevisão**

### **Geografia**

Enviado por: Visitante

Postado em:16/05/2009

As chuvas que já afetam quase um milhão de pessoas em mais de 10 Estados brasileiros expõem um problema que somente é notícia quando ocorrem tragédias: a falta de investimentos públicos para prevenir desastres de consequências dramáticas, alertam técnicos. Saiba mais...

Mais de 44 mortos, 300 mil desabrigados – segundo número da última segunda-feira – grandes perdas no agro negócio, destruição de casas, pontes e estradas é a contagem parcial dos danos. Os números diferem de um quadro a outro cada vez que ocorre um fenômeno climático cujas consequências, segundo a geógrafa especializada em clima Ercília Torres, poderiam ser evitadas com planejamento e obras de infra-estrutura. As intensas chuvas que caem desde abril causaram desmoronamentos de casas, transbordamento de rios e perdas de colheitas em 320 municípios. As imagens da televisão as fotografias mostram tetos de casas debaixo da água, abrigos lotados, e a população se movimentando em botes por rios que até há pouco tempo eram ruas. Cenas muito parecidas com as do ano passado, quando as chuvas causaram a mesma tragédia em Santa Catarina. “O importante é planejar. Os aspectos climáticos têm de ser considerados para que haja um planejamento territorial”, disse Torres, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. A geógrafa mencionou o planejamento em programas de casas populares, por exemplo, para evitar construir casas em áreas de risco de deslizamento de terras e cheias de rios, bem com represas e canais de deságue. Essas “obras são caras, mas podem evitar tragédias maiores”, acrescento Torres em entrevista à IPS. Segundo cálculo da Organização das Nações Unidas, cada dólar investido em prevenção de desastres naturais evita o gasto de US\$ 10 na solução de suas consequências. Embora admita essa necessidade, o titular da Secretária de Defesa Civil, Roberto Guimarães, afirmam que o Brasil, por tradição “cultural”, toma medidas depois e não antes dos desastres. A Defesa Civil age nesses casos distribuindo alimentos, medicamentos e abrigo, entre outras ações de emergência, com desobstrução de estradas, remoção de vítimas e evacuação de população para áreas seguras. O Presidente Envia ao Congresso uma medida provisória para destinar recursos à recuperação dos Estados afetados. Segundo cálculos preliminares, os prejuízos econômicos giram em torno dos US\$ 500 milhões, sem contar as perdas do setor agropecuário. “As chuvas não nos pegaram de surpresa. As previsões meteorológicas já as antecipavam”, destacou a geógrafa. Em fevereiro, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, alertava que as chuvas, que já afetavam noroeste do País poderiam se agravar até junho, mês em que os rios da selva amazônica chegariam ao seu nível máximo. A capital do Amazonas, Manaus, enfrentaria a pior inundaçãõ de sua história desde 1953, com a elevaçãõ em mais de três metros do nível do rio Negro, disse Minc com base em informes meteorológicos. “Não queremos pregar catástrofes, mas pelo andar da carruagem a situação é muito preocupante”, disse o ministro nessa oportunidade, acrescentando que “desta vez não podem dizer que foi por falta de aviso, pois comunicamos com 60 dias de antecedência”. A chuva chegou ao Amazonas e em outros Estados do norte. Os mais afetados são Maranhão, Piauí e Paraíba. Mas, também foram castigados Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Alagoas, no nordeste, e Santa Catarina, na zona atlântica, no sul, entre outros. Isimar de Azevedo Santos, do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse à IPS que já em janeiro dois institutos nacionais haviam alertado para a intensidade

das chuvas. As causas são a incidência simultânea de La Nina, fenômeno climático periódico que esfria as águas superficiais do oceano Pacífico, e da Zona de Convergência Intertropical, um cinturão de baixa pressão na zona equatorial onde confluem correntes de ar quente e úmido desde o sul e norte do Equador. Com os elementos meteorológicos disponíveis, os pequenos agricultores do noroeste, que perderam suas colheitas de milho e feijão para subsistência, poderiam ter adiantado a semeadura, disse Azevedo. No que as previsões erraram foi o grau de intensidade das chuvas. Previa-se que na região amazônica seriam superiores à média normal, “mas fomos surpreendidos pelo volume pluviométrico que não esperávamos”, disse Azevedo. A água que caiu no noroeste superou as precipitações habituais em mais de 50%. No Amazonas, o aumento ficou entre 30% e 40% e em algumas localidades chegou a mais de 100% em relação à média histórica, disse o especialista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Porém, Azevedo não se atreveu a atribuir a irregularidade à incidência do aquecimento global, embora admita que não se observasse precipitações tão intensas no noroeste do País há 10 anos. O meteorologista Carlos Nobre, do Instituto de Pesquisas Espaciais, disse em entrevistas à imprensa que, apesar das secas e chuvas intensas no norte, os “fenômenos são mais fortes do que no passado. Esse é um quadro muito característico de um planeta que está esquentando”. Dionísio Neto, da Rede ambiental do Piauí, não descarta que a expansão desordenada de monoculturas, como a soja, tenham influência na elevação do nível das águas na bacia do rio Paraíba, que banha o Piauí e grande parte do Maranhão. “É o reflexo da destruição do bioma e da inundação histórica deste ano”, disse Neto. Por outro lado, Azevedo atribuiu a seca que simultaneamente afeta Rio Grande do Sul e partes de Santa Catarina – cuja zona atlântica suporta fortes precipitações – a uma “resposta do sistema atmosférico às chuvas do norte e noroeste, uma espécie de balança, como uma compensação”, explicou. Como Torres, Azevedo insistiu na necessidade de “máxima interação possível entre órgãos responsáveis, como defesa civil, governo, ministérios e autoridades locais”, acrescentando que “chama a atenção o fato de o público confiar cada vez mais nas previsões, tendo a percepção de que a meteorologia melhorou seus prognósticos”. Azevedo sugeriu que, “talvez, seja um bom momento para mais informação entre os organismos responsáveis de defesa civil e produção de alimentos com os institutos de meteorologia para evitar maiores prejuízos”. (IPS/Envolverde) Fonte: <http://envolverde.ig.com.br>